

Esteves, J. (2014). *Ana de Castro Osório (1872-1935)*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 130 pp.

É uma espécie de chavão falar-se em pequenos-grandes livros, mas este é um dos casos em que a expressão se aplica de uma forma perfeita. *Ana de Castro Osório (1872-1935)*, obra de João Esteves para a colecção “Fio de Ariana” da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, é daqueles livrinhos que apenas pecam por ainda serem poucos no nosso panorama editorial na área da História, em geral, e mais especificamente da História das Mulheres. João Esteves é um nome absolutamente incontornável na área da História das Mulheres, em particular na primeira metade do século XX, sendo autor de uma vasta obra em que alia os resultados de uma extensa e aprofundada investigação com as capacidades de um excelente comunicador a transmitir de uma forma clara a enorme massa de informação que tem recolhido. Há cerca de 25 anos que nos tem contemplado com estudos centrados no cruzamento entre a História do Feminismo e do Republicanismo em Portugal, numa daquelas zonas cruciais de fronteira entre várias temáticas que aliam a análise das ideias políticas e sociais, com a vida e morte das organizações, passando pela reconstituição dos trajectos individuais de quem deu corpo ao progresso dos direitos políticos, sociais e económicos das mulheres. Destacam-se, neste particular, estudos como *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas – Uma organização política e feminista, 1909-1919* (Lisboa: 1991), *As Origens do Sufragismo Português* (Lisboa: 1998) ou *Mulheres e Republicanismo, 1908-1928* (Lisboa: 2008) ou a direcção, com a professora Zília Osório de Castro, do monumental *Feminae – Dicionário Contemporâneo* (Lisboa: 2013), bem como variada colaboração dispersa em revistas da especialidade, actas de diversos encontros nacionais e internacionais ou catálogos de exposições.

O estudo agora em análise segue uma estrutura comum aos restantes volumes da colecção, um dos quais já fora da autoria de João Esteves (o já referido *Mulheres e Republicanismo, 1908-1928*) começando por uma cronologia da vida de Ana de Castro Osório e do contexto histórico em que se moveu, seguindo-se um ensaio sobre as suas ideias e intervenção cívica e política, uma antologia de textos e uma bibliografia essencial das suas obras e de estudos sobre a biografada.

Ana de Castro Osório, nascida em 1872, fez parte da geração que podemos qualificar como de “primeira vaga” do feminismo em Portugal, da qual faziam parte ainda Adelaide Cabete (nascida em 1867) e Maria Velleda (nascida em 1871), bem como a precocemente desaparecida Carolina Beatriz Ângelo (1878-1911). É uma geração em que a luta pela difusão dos ideais feministas e pelos direitos políticos das mulheres se alia ao republicanismo e à sua propaganda, em especial na última década do regime monárquico. João Esteves procede a uma inventariação das principais iniciativas em que Ana de Castro Osório colaborou ou que dinamizou, desde as suas obras iniciais, publicadas ainda em finais do século XIX e destinadas, antes de mais, à infância e às mães portuguesas, até às suas últimas palestras, já no período da Ditadura Militar e transição para o Estado Novo, percorrendo ainda a sua colaboração com o seu marido, Paulino de Oliveira, a sua iniciação na Maçonaria e a sua actividade organizacional (no Grupo Português de Estudos Feministas, na Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, na Associação de Propaganda Feminista, na Cruzada das Mulheres Portuguesas) em conjunto com outras personalidades do feminismo de então, evoluindo de um feminismo republicano para o sufrágismo, embora condenando sempre os excessos de acções de rua de tipo “frondista”.

A sua ligação a Carolina Beatriz Ângelo e o apoio que lhe presta na luta pelo direito a votar nas eleições de 1911 irá marcar alguma dissidência em relação regime republicano, acabando por ser acusada por Adelaide Cabete, como João Esteves sublinha, de ser mais feminista do que republicana. A desilusão com a atitude da República para com as mulheres será progressiva e tem um momento simbólico, em 1919, quando recusa receber a Ordem de Santiago, atribuída pelo governo da República. O início da década seguinte aprofunda a divergência de Ana de Castro Osório com o regime republicano, não tanto nos seus princípios como na sua prática concreta e não deixa de ser, de certo modo, paradoxal que Ana de Castro Osório acabe por testemunhar a atribuição do direito de voto (mesmo que de forma restrita) às mulheres já durante o Estado Novo, assim como a eleição das primeiras três deputadas portuguesas em 1934. A sua morte em 23 de Março de 1935 antecede em cerca de seis meses a de Adelaide Cabete, outro dos vultos incontornáveis do primeiro feminismo português, com quem manteve colaboração mas com quem também experimentou diversas e fundas divergências, acabando por simbolizar o final de uma época e de uma forma de lutar pelos direitos cívicos e políticos das mulheres. Como escreve João Esteves, “pela força, justiça e perenidade de algumas das ideias por que se bateu, Ana de Castro Osório ficará sempre associada aos movimentos a favor da emancipação das mulheres – defendendo a sua educação e instrução, a independência

económica, a igualdade de direitos, o ingresso em profissões, o sufrágio feminino restrito, a lei do divórcio, salário igual para emprego igual (...)”(p. 64).

Mas João Esteves não faz um panegírico acrítico do pensamento e obra de Ana de Castro Osório, porque este é um estudo de História, e como tal, faz o relato do que aconteceu, assinala as virtudes evidentes dos indivíduos, mas também os seus limites. Neste caso, o conservadorismo de Ana de Castro Osório em matéria do papel da mulher na família e na sociedade, em especial quando, afastando-se do movimento feminista, acaba por defender que a “instrução e educação femininas deveriam ser orientadas em função da Maternidade, da Pátria e da Raça” (p. 61), não deixando de revelar um “espírito de classe muito acentuado” que se constata na forma como distingue “as casadas das solteiras, as burguesas das operárias e camponesas quanto às necessidades da educação, trabalho e independência económica” (p. 61).

Resta esperar que este tipo de estudos, que aliam uma rigorosa investigação à capacidade de produzir sínteses com elevado valor informativo, sempre com um discurso marcado pela clareza, tenha continuidade e que outras figuras e temas mereçam a mesma atenção e cuidado que tiveram os primeiros sete volumes desta muito útil coleção publicada pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

Paulo Guinote